



# Anais da Assembléia

Nº 130

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1981

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Lineu Turra.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pittelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 103/81 Curitiba, 20 de outubro de 1981.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 17 de setembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de CAMPO LARGO E GOIOERÊ, objetivando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

MENSAGEM 104/81 Curitiba, 20 de outubro de 1981.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 21 de setembro de 1981, entre o Estado

do Paraná, e os Municípios de PONTA GROSSA e WENCESLAU BRAZ, objetivando ação conjunta entre órgãos do Estado e Municípios, nas atividades de controle e planejamento do trânsito, conforme dispõe o art. 37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

MENSAGEM 105/81  
Senhor Presidente.

Curitiba, 20 de outubro de 1981.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 24 de setembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de CASTRO e PONTA GROSSA, objetivando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

MENSAGEM 106/81  
Senhor Presidente.

Curitiba, 20 de outubro de 1981.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial:

MUNICÍPIO	Data do Convênio
ALTO PARANÁ	10/09/81
BARRAÇÃO	28/09/81
GUAIRAÇÁ	28/09/81
PATO BRANCO	28/09/81
TAMBOARA	28/09/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

**SÚMULA:** Requer regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 88/81, que trata da reciprocidade.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, após deliberação do Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 88/81, que trata da contagem recíproca do tempo de serviço.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

**SÚMULA:** Regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 115/81.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 115/81, que visa declarar de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos do Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

a) PALÁCIOS

#### REQUERIMENTO

**SÚMULA:** Requer seja inserida na Ata dos trabalhos Legislativos, um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Osvaldo Conceição, ocorrido dia 22/10/81, em Barbosa Ferraz.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário, desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. OSVALDO CONCEIÇÃO, ocorrido dia 22 de outubro de 1981, na cidade de Barbosa Ferraz. Outrossim, requer, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

#### REQUERIMENTO

**SÚMULA:** Requer o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Aureliano Chaves, digníssimo Presidente da República e Ibrahim Abi-Ackel, digníssimo Ministro da Justiça, solicitando a não expulsão dos padres franceses, Aristides Camio e François Gouriou.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Aureliano Chaves, digníssimo Presidente da República, e Ibrahim Abi-Ackel, digníssimo Ministro da Justiça, solicitando a não expulsão dos padres franceses, Aristides Camio e François Gouriou.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Os padres Aristides Camio e François Gouriou, presos em inícios de setembro pp., no interior do Estado do Pará e que se encontram na iminência de serem expulsos do Brasil, já receberam dos mais diferentes setores da sociedade brasileira sua solidariedade e apoio. Demonstração de que os religiosos não são considerados como uma ameaça ao povo brasileiro, antes se tornaram uma bênção a milhares de posseiros do Estado do Pará. Posseiros estes que encontraram nos padres franceses um apoio moral e espiritual diante das constantes ameaças de expulsão e de morte que vêm sofrendo por parte de jagunços e grileiros.

Os padres Aristides e François, depois de serem expulsos de um país comunista da Ásia, não merecem tal tratamento num país que se diz estar marchando para a democracia. Se co-

meteram algum delito que respondam por ele na conformidade de nossa legislação, que, aliás, prometeram cumprir quando de sua entrada em nossas fronteiras.

Apelamos ao bom senso e ao espírito democrático do digníssimo Presidente da República, Dr. Aureliano Chaves, e do digníssimo Ministro da Justiça, Dr. Ibrahim Abi-Ackel, no sentido de libertar os padres Aristides Camio e François Gouriou para que possam continuar sua missão sacerdotal entre o povo brasileiro. Temos certeza que este gesto por parte das autoridades máximas da Nação Brasileira, será agradável aos olhos de nosso Senhor e estaremos reconhecendo diante do mundo o direito de habitar esta terra na paz.

#### REQUERIMENTO

**SÚMULA:** Requer envio de expediente ao Secretário para o Desenvolvimento dos Municípios, Saul Raiz.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário para o Desenvolvimento dos Municípios, reivindicando a construção de uma quadra de esporte no Distrito de Flor da Serra, Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

Embora de grande importância econômica para o Município de Medianeira e contando com expressiva faixa da população jovem e frequentando estabelecimentos de ensino, Flor da Serra ainda não dispõe de um local apropriado para a prática de esportes. A criação de uma quadra viria, assim, sanar o problema e atenderia aos anseios de toda a comunidade.

#### REQUERIMENTO

**SÚMULA:** Requer envio de expediente ao Governador Ney Braga e ao Secretário da Educação, Edson Machado.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Governador Ney Braga e ao Secretário da Educação, Edson Machado, reivindicando a criação do ensino de segundo grau no Distrito de Flor da Serra, Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

Embora de grande importância econômica e contando com expressivo número de escolares que concluíram o primeiro grau, o Distrito de Flor da Serra, Município de Medianeira, ainda não foi contemplado com a implantação do segundo grau, o que faz com que os escolares residentes na localidade se vejam obrigados a procurar a sede do município para continuarem seus estudos.

Em anexo, levantamento realizado pela comunidade de Flor da Serra, demonstrando a potencialidade do distrito.

#### REQUERIMENTO

**SÚMULA:** Requer à FUNDEPAR a construção de duas salas de aula no Distrito de Siqueira Bello, Município de Barracão.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Dr. Guilherme Lacerda Braga Sobrinho, M.D. Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, solicitando a construção de 2 (duas) salas de aula na sede do Distrito de Siqueira Bello, Município

de Barracão.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Senhores Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

a) DENI SCHWARTZ

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Siqueira Bello, Município de Barracão, com as instalações escolares que possui, não atende a demanda escolar local, que para o próximo ano aumentará, agravando ainda mais a situação, que hoje, já provoca inquietação na comunidade.

A presente solicitação vem reiterar pedido da Câmara Municipal de Barracão, por iniciativa do Vereador Alderico Slongo (cópia anexa), o que dispensa-nos maiores justificativas, e haverá de contar com o apoio dos Senhores Deputados com assento neste Poder.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente ao Secretário da Educação, Edson Machado de Souza.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Educação, Edson Machado de Souza, solicitando urgentes providências no sentido de que o aluno João McArthur Silva Rebello, aluno do Ginásio Estadual Parigot de Souza, de Inácio Martins, cursando a 7ª série, possa dar continuidade a seus estudos naquele estabelecimento.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

João McArthur Silva Rebello, tem 16 anos, é aluno do Ginásio Estadual Parigot de Souza e cursa a sétima série, no Município de Inácio Martins. No último dia 1.º de outubro, por razões ainda não esclarecidas, foi expulso do estabelecimento. Pouco antes, em função de um desentendimento durante um jogo de futebol, foi agredido por um policial, Vergílio de tal, que estuda no mesmo colégio. Seu pai procurou a polícia para registrar queixa, em função da gravidade dos ferimentos recebidos pelo filho, mas o delegado local negou-se a fazê-lo. Somente com a determinação do juiz, o inquérito foi aberto. Por outro lado, recorrendo à expulsão, o pai do rapaz conseguiu com que a delegada da SEEC determinasse à inspetora de Guarapuava que tomasse providências com relação a atitude da diretoria da escola. Entretanto, nada foi feito, pois a inspetora se nega a cumprir a determinação, enquanto João McArthur Silva Rebello, que sofre de problemas cardíacos, continua impedido de dar prosseguimento aos seus estudos. Segundo se comenta, a origem do problema estaria numa questão política. Assim, estamos reivindicando que o Sr. Secretário de Educação determine o cumprimento de uma ordem de sua delegada, para que o rapaz possa concluir o ano escolar.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer pedido de informações ao Diretor do DETRAN com respeito ao afastamento de membros do C.D.A. e outros fatos.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício contendo pedido de informações ao Coronel Oswaldo Cruz, diretor do DETRAN, com respeito ao afastamento de membros do C.D.A. e outros fatos.

CONSIDERANDO que esta Casa aprovou requerimento de minha autoria com voto de aplausos ao C.D.A. e seus membros, levando em conta seu trabalho sério e elogiável...

CONSIDERANDO que o Presidente do Conselho (na época do voto de aplausos) foi afastado recentemente, juntamente com outros oito conselheiros...

ca do voto de aplausos) foi afastado recentemente, juntamente com outros oito conselheiros...

CONSIDERANDO que oficialmente o DETRAN não esclareceu a saída ou desligamento dos nove conselheiros...

CONSIDERANDO que todos os membros conselheiros afastados estão revoltados contra a decisão do diretor do DETRAN, inconformados com a injustiça de que foram vítimas...

CONSIDERANDO que os nove conselheiros são pessoas altamente qualificadas, prestaram bons serviços ao C.D.A. e gozam de prestígio junto à sociedade...

CONSIDERANDO que a decisão foi tomada em bastidores, sem que os prejudicados soubessem os motivos do afastamento, depois de tanto tempo a serviço do DETRAN...

CONSIDERANDO que o ofício de desligamento estava datada de 09 de outubro de 1981, data em que os conselheiros trabalharam normalmente, pois a entrega dos ofícios somente ocorreu em 14 de outubro de 1981...

#### PERGUNTO:

01 — Qual o real motivo do afastamento de nove conselheiros membros do C.D.A. (Conselho Deliberativo de Acidentes)?

02 — Houve algum relacionamento entre a decisão do afastamento dos conselheiros e as eleições para a presidência do C.D.A. ocorridas em julho, quando os conselheiros afastados votaram em Gilberto Meneses, também afastado?

03 — O Diretor do DETRAN recebeu alguma denúncia de irregularidades quanto a carteiras de habilitação com vício de origem?

04 — Completando a pergunta anterior, indago se tal tipo de denúncia partiu (também) do ex-presidente do C.D.A. e quais foram as providências tomadas?

05 — Segundo consta, denúncia de "Carteira Fria" (vício de origem) foi formulada ao Juiz da 1.ª Vara de Trânsito, Otávio Cesar Valeixo, que levou o fato ao conhecimento do Diretor da Polícia Civil, gerando inquérito pela Delegacia de Crimes contra a Administração (Dr. Paulo). Pergunto se o Diretor do DETRAN está acompanhando o referido inquérito ou se pelo menos está ciente da denúncia?

06 — Em que data o Sr. Lázaro Vieira foi designado para chefiar a CIRETRAN da cidade de Paranavaí?

07 — Existe conhecimento de algum inquérito envolvendo o referido cidadão, com respeito à expedição de carteiras com vício de origem?

08 — Existe alguma ligação de parentesco entre o cidadão em referência (Lázaro Vieira) e alguma pessoa ligada ao gabinete do diretor do DETRAN?

09 — Qual a função e desde quando está no cargo a Senhora ou Senhorita Regina, irmã do Capitão Vieira, assessor da direção do DETRAN?

10 — Alguma vez o diretor do DETRAN interferiu junto ao C.D.A. (Conselho que julga os acidentes), solicitando que as partes envolvidas em determinado acidente fossem novamente ouvidas?

11 — Quantas vezes isso ocorreu e quais os motivos que o levaram a tal decisão?

12 — Há quanto tempo o Sr. Rogério Mendes está à disposição do DETRAN, qual a sua função específica, quanto recebe mensalmente e qual o seu horário de trabalho?

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

a) MÁRIO CELSO

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 125/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Lar das Meninas Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Curitiba",

com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

a) FRANCISCO ESCORSIN

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços no campo do atendimento ao menor desamparado de nossa Capital, granjeando com isso o reconhecimento público municipal.

Na Casa que mantém mais de duas dezenas de órfãos e abandonadas situada a rua Agostinho de Leão n.º 157, no Alto da Glória, está a comprovar a meritória obra assistencial que presta à sociedade curitibana.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais previstas para a declaração de utilidade estadual, o que estamos propondo e que esperamos merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A “Gazeta do Povo”, edição de ontem, na quarta página de seu caderno, sob o título: “Ecologistas defendem o delegado”, publicou esta nota que, agora está transcrita em nosso requerimento, e que estamos endereçando à Mesa, com o seguinte teor: (Lê)

“Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM, seja encaminhado expediente aos Excelentíssimos Senhores, Governador do Estado e Secretário de Segurança, com o propósito de solidarizar-se com o Delegado do Meio Ambiente, Dr. Fernando de Souza Vidolin, a exemplo do que fez a A.D.E.A. - Associação de Defesa e Educação Ambiental, publicada no jornal “Gazeta do Povo”, edição de domingo, dia 25/10/81, cujo teor abaixo transcrevemos:

“Depois de tomar conhecimento, através da imprensa de possível campanha contra o atual Delegado do Meio Ambiente, Fernando de Souza Vidolin, a ADEA - Associação de Defesa e Educação Ambiental, vem em defesa da autoridade. Segundo uma nota publicada pela Associação “a referida matéria deixou os seus dirigentes estarecidos, pois o principal argumento apresentado contra o atual Delegado, é que vem sendo muito rigoroso na aplicação das leis”. A ADEA continua: “Ora, nós que lutamos pela preservação ambiental, recebemos constantemente graves denúncias de depredação em nome de interesses econômicos e/ou político. Inclusive, a própria Delegacia do Meio Ambiente já foi por nós duramente criticada por sua passividade diante de fatos concretos. Agora, quando parece que se procura moralizar essa situação, as críticas, baseadas unicamente em interesses pessoais, começam a emergir.

Um outro ponto que a Associação contesta é ao que se refere ao fato de que “somente a fiscalização não resolve o problema e sim a educação, o nosso principal objetivo, porém, e o que temos assistido é uma proliferação de seminários, palestras, simpósios, debates, material bibliográfico etc., postos a disposição da comunidade.

“A conclusão da ADEA é que “assim que se trata de devastação consciente, onde o imediatismo e o lucro incessante impedem rotulados de progresso. Desta forma, achamos que o momento atual realmente está a exigir a aplicação da legislação

vigente com rigor por parte de nossas autoridades fiscais, único modo de se mudar o rumo dos acontecimentos”.

A ADEA denuncia que alguns parlamentares paranaenses desconhecem “ou não tomam consciência de que nossa cobertura florestal já é bastante exígua, atingindo níveis críticos.

Estamos com uma cobertura florestal em tomo de cinco por cento, quando o ideal seria, no mínimo, vinte por cento e o quadro atual se delineia no sentido de diminuir ainda mais esses percentuais, conclui a Associação de Defesa e Educação Ambiental.”

Por estarmos inteiramente solidários com a ADEA e consequentemente com a atuação do Delegado Vidolin, solicitamos a Vossas Excelências a permanência daquela autoridade à frente da Delegacia do Meio Ambiente, a fim de continuar preservando e defendendo a cobertura florestal já tão exígua em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1981.

a) NELSON BUFFARA

Apoiamento: JOSÉ DOMINGOS, GERNOTE KIRINUS, JURANDIR MESSIAS, JOÃO ELÍSIO, EDILSON ALENCAR, LINEU TURRA, BASÍLIO ZANUSSO, JOÃO MANSUR, PALÁCIO, ROMERO FILHO, GILBERTO CARVALHO, DENI SCHWARTZ, TADEU LÚCIO MACHADO, PINTO DIAS, NELTON FRIEDRICH e WALDYR PUGLIESI”

Em suma, nós estamos inteiramente de acordo com o artigo publicado na “Gazeta do Povo” de autoria da ADEA e não poderia ser outro o nosso entendimento e a nossa percepção em função deste assunto, que é por demais importante e de grande interesse para todos nós. Sabemos que alguns Srs. Deputados, talvez, desavisadamente, assinaram expediente encaminhado ao Sr. Governador do Estado, iniciativa de um Deputado da nossa bancada. E, esta nota do Meio Ambiente, veio abrir os olhos dos Deputados que, por uma mera gentileza, uma mera delicadeza, um mero companheirismo, houveram por bem apor suas assinaturas nesse expediente encaminhado ao Governador do Estado. E, para que, a justiça impere, para que não haja discriminação e o Sr. Delegado do Meio Ambiente possa ser justificado, estamos inteiramente solidários com a nota da ADEA. E por esta razão, entramos no episódio tomando uma posição, fazendo com que o Sr. Governador leia o artigo publicado na “Gazeta do Povo” e saiba da intenção deste e de alguns Deputados que assinaram comigo o expediente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento, pedindo informações ao Diretor do DETRAN - Coronel Oswaldo Cruz, com respeito ao afastamento de membros do CDA - Conselho Deliberativo de Acidentes, e outros fatos ou irregularidades que vêm sendo constatadas naquele órgão. Nós, tempos atrás demos entrada nesta Casa, com um pedido, um requerimento solicitando voto de aplausos ao CDA. Requerimento este que foi aprovado por unanimidade pelos companheiros de Assembléia.

Esses membros que receberam o nosso voto de aplauso, o voto de aplauso desta Casa, foram dispensados pelo Coronel Oswaldo Cruz sem qualquer explicação, sem qualquer justificativa e de maneira totalmente injusta.

E no requerimento eu pergunto: primeiro, são perguntas Sr. Presidente, Srs. Deputados, que naturalmente suscitam dúvidas. São perguntas que, respondidas podem gerar até mesmo ofensas ao Coronel Oswaldo Cruz, claro que se respondidas

com fidelidade, e usando principalmente o instrumento da verdade.

A primeira pergunta: qual o real motivo do afastamento de nove conselheiros, membros do CDA - Conselho Deliberativo de Acidentes? Esta pergunta cabe porque o Coronel Osvaldo Cruz, insistentemente à imprensa tem se referido ao afastamento desses membros, afastamento este motivado pela ausência durante o período de trabalho.

Ora, todos esses membros afastados são membros que cumpriam as suas obrigações, inclusive de horário, trabalhando graciosamente, conselheiro do DETRAN não ganha qualquer tipo de rendimento, não tem qualquer ligação financeira com o Estado, conseqüentemente, é um simples colaborador. Sendo assim, esse argumento do Coronel Osvaldo Cruz não tem cabimento, porque dos membros do CDA entre os assíduos estão esses nove conselheiros. E, se isto fosse verdade, se a ausência de participação nos julgamentos fosse motivo para a saída de conselheiros, outros tantos conselheiros que lá estão exercendo até hoje as suas funções, ou pelo menos têm os seus nomes como conselheiros, não têm aparecido no DETRAN, não têm ido cumprir as suas missões.

Então essa pergunta é a primeira, qual o real motivo do afastamento de nove conselheiros do CDA, deve ser respondida. Que o Coronel Osvaldo Cruz tenha a ombridade e a decência de respondê-las, porque estas pessoas estão sendo até mesmo achacadas diante da opinião pública, diante de seus colegas, diante de suas famílias.

A segunda pergunta: houve algum relacionamento entre a decisão do afastamento dos conselheiros e as eleições para a presidência do CDA ocorridas em julho, quando os conselheiros afastados votaram em Gilberto Menezes, também afastado?

Faço essa pergunta porque o ilustre cidadão, citado, nesta pergunta, teve a sua candidatura lançada por membros do próprio CDA e coincidentemente nove destes membros que aplaudiam esta eleição a favor de Gilberto Menezes, todos esses que apoiaram a candidatura estão na relação de afastamento, foram desligados do Conselho Deliberativo de Acidentes.

Então fica a indagação do relacionamento entre a decisão do afastamento e as eleições para a presidência do CDA. Mesmo porque mais adiante em uma das perguntas, será esclarecida esta dúvida do relacionamento.

Acontece que o ex-presidente e agora candidato novamente a presidente, fez determinada denúncia de carteira fria no DETRAN pessoalmente ao Coronel Osvaldo Cruz. Este homem, que comanda um órgão de tamanha importância, não teve o cuidado e foi até irresponsável em procurar se omitir e não entender a denúncia. E este ex-presidente do CDA foi obrigado a recorrer ao Juiz da 1.ª Vara de Trânsito, posteriormente ao Delegado de Polícia, ao Diretor da Polícia Civil, para que o fato tomasse um rumo oficial e que as irregularidades fossem finalmente apuradas.

A terceira pergunta: o Diretor do DETRAN recebeu alguma denúncia de irregularidades quanto à carteiras de habilitação com vício de origem? É a pergunta que fazemos porque, se ele tiver vergonha na cara, há de responder que sim.

E completando a pergunta anterior, no quarto item indago se tal tipo de denúncia partiu também do ex-Presidente do CDA e quais foram as providências tomadas. Porque, é claro, que denúncia de carteira fria o Diretor do DETRAN deve receber a cada instante, mas uma denúncia de carteira com vício de origem, partida a denúncia de um ex-presidente do Conselho Deliberativo de Acidentes, acho que deve ter um respaldo oficial. E não teve, por parte do Diretor do DETRAN.

Quando cito nomes, o nome de Gilberto Menezes, ex-presidente do CDA, cito e inclusive trago ao conhecimento da Casa que ele está presente aqui, em nossa sala de reuniões, ao lado da professora Rute, que também foi "pisoteada" com esta atitude do Coronel Osvaldo Cruz. Uma atitude até mesmo arbitrária,

porque foi gerada nos porões do DETRAN. O ofício, quando partiu para as mãos destes conselheiros, a decisão já lacrada, eles só tiveram conhecimento vários dias após a decisão. Conseqüentemente na data do ofício, dia 09 de outubro, eles trabalharam normalmente, bem como no dia posterior, só não dia 14 de outubro é que souberam da decisão. Mas o ofício está datado de 09 de outubro. Eles estavam exercendo funções importantes, julgando acidentes, decidindo em nome do DETRAN, quando nem membros mais eram, quando já estavam praticamente, oficialmente, afastados. O Coronel não teve o bom senso de chamá-los à sua sala e de explicar os motivos. Durante muito tempo o Coronel elogiou esta equipe de trabalho. Durante muito tempo o Coronel deu abrigo às suas decisões. E agora, de um momento para outro, após uma denúncia, toma estas atitudes que vêm ferir o brio não só destes conselheiros atingidos, como de toda uma comunidade.

Se hoje é com estes nomes, amanhã será com outros que serão também injustiçados.

Quinta pergunta: no requerimento pergunto, segundo consta, denúncia de carteira fria, vício de origem, foi formulada ao Juiz da 1.ª Vara de Trânsito, Otávio César Valeixo, ele recebeu a denúncia do ex-presidente do CDA e já que o Coronel não quis receber tal tipo de denúncia, ou pelo menos não quis levar em conta, ele levou o fato ao conhecimento do Diretor da Polícia Civil, Dr. Chemim, Dr. Chemim encaminhou o assunto à Delegacia de Crimes contra a Administração, Dr. Paulo inclusive, acompanhou o inquérito, foi o responsável pelas diligências, pergunto ao Diretor do DETRAN se ele está acompanhando o referido inquérito ou se, pelo menos, ele está ciente desta denúncia.

Já que a outros órgãos ele se omite, ele procura não responder. Com, é claro, o acordo, o sim, o apoio dos demais Deputados, nós poderemos — e temos esse poder, através desta Casa, de fazer essas perguntas de caráter oficial, e fazer com que o Coronel Osvaldo Cruz, se comporte como homem. Se comporte como verdadeiro administrador e responda realmente aquilo que nós estamos esperando saber. Nós, não Deputados, nós, não apenas os conselheiros, nós povo, população.

A sexta pergunta: "em que data o Sr. Lázaro Vieira foi designado para chefiar a CIRETRAN da cidade de Paranavaí?"

Sétima pergunta: existe conhecimento de algum inquérito envolvendo o referido cidadão, com respeito à expedição de carteiras, com vício de origem?"

Esse cidadão, Lázaro Vieira, ao que me consta — e eu digo ao que me consta, porque eu não tenho a certeza, por isso busco então a resposta, através desse pedido de informações, Lázaro Vieira, tem mais de dez inquéritos nas costas. Parece que são, doze, uma dúzia, envolvendo carteiras com vício de origem, e outros fatos desagradáveis e desabonadores. E esse cidadão, quando estava com todos esses processos nas costas, foi colocado na CIRETRAN de Paranavaí, para gerir as coisas públicas, mesmo tendo vários processos nas costas.

Indagado, a respeito disso, pelas delegacias que é responsável por um dos inquéritos, aonde se encontrava, ou se o DETRAN tinha conhecimento da localização de Lázaro Vieira, o DETRAN através de uma correspondência, informou que não sabia, que Lázaro Vieira estava desligado do DETRAN, e que não sabia onde ele se encontrava. E ele, tempos atrás, foi nomeado, através de portaria, pelo próprio DETRAN, para dirigir a CIRETRAN de Paranavaí.

Eu pergunto ainda: — "se existe alguma ligação de parentesco, entre o cidadão em referência, isto é, Lázaro Vieira e alguma pessoa ligada ao gabinete do Diretor do DETRAN?"

Isto porque o assessor do Diretor do DETRAN, capitão Vieira, tem o mesmo sobrenome. Isto não quer dizer que sejam parentes. Mas isso quer dizer que deixa dúvida. Eu pergunto, porque o Capitão Vieira, está nomeando os seus parentes para exercerem dentro do DETRAN, o "Detrangate". Ele está fa-

zendo um trabalho de informações de bastidores, através de seus parentes. E pode, porque não, este cidadão Lázaro Vieira, ser um dos membros de sua família. Nada contra a sua família, muito pelo contrário; mas contra, sim, a ação de pessoas que estão envolvidas em inquéritos administrativos, conduzindo as ações importantes do DETRAN.

Eu pergunto mais: — “qual a função e desde quando estão no cargo, a Senhora ou Senhorita Regina, irmã do Capitão Vieira, assessor da Direção do DETRAN?”

A Regina, esta moça, ela foi colocada no CDA, agora, há pouco tempo atrás; para fiscalizar, entre aspas, o trabalho daqueles conselheiros. Como se eles precisassem de fiscalizadores. Como se eles fossem incompetentes. Se incompetentes então, no caso não é seria, o Coronel Oswaldo Cruz, que os nomeou; que os convocou para o trabalho gratuito de colaboração, junto ao CDA. Esta Regina tomou o lugar de outras pessoas que estavam trabalhando normalmente no DETRAN. Exercendo funções tecnicamente até. Porque tinham conhecimento de causa; sabiam manusear a papelada. A documentação, legal, que tramita dentro do CDA. E a Regina, com todo o respeito, Senhora ou Senhorita Regina, foi colocada apenas para tomar espaço, ficar em uma das mesas do CDA, controlando, ouvindo e transmitindo as informações ao Coronel Oswaldo Cruz e seus assessores. E ao seu irmão, o Capitão Vieira.

É claro que há gente boa no DETRAN. Mas claro que há. Mas existe um grupo que hoje está dominando este tipo de comportamento. Nós podemos citar, entre as pessoas que podemos confiar, o Capitão Peres. O Capitão Peres, é um homem que trabalha junto ao Gabinete do Coronel Oswaldo Cruz. Mas ele, coitado, está com as mãos atadas. Ele está algemado. Ele não pode desempenhar a contento a sua missão, inclusive, foi proibido pelo Coronel Oswaldo Cruz, de prestar qualquer favor, segundo o Coronel entre aspas, a Deputados. Porque, disse que estava sendo procurado por parlamentares para facilitar este, ou aquele processo. E ele instalado no gabinete, foi proibido de atender a Deputados especificamente. Por quê?

Eu vou responder, eu já vou, inclusive, ceder apartes que muito me honram, já pela ordem, Deputado Deni Schwartz e Deputado Tadeu Lúcio Machado, daqui a pouquinho, só terminando a pergunta para que os companheiros de Casa, da Assembleia, possam sentir o ambiente que hoje, realmente, traz um odor nada agradável ao DETRAN.

Eu pergunto ainda, alguma vez o Diretor do DETRAN, interferiu junto ao CDA, conselho que julga os acidentes, solicitando que as partes envolvidas em determinados acidentes fossem novamente ouvidas. E pergunto, quantas vezes isto ocorreu e quais os motivos que o levaram a tais decisões?

O Coronel Oswaldo Cruz, interferiu sim em julgamentos e fez até mesmo com que os conselheiros voltassem atrás em determinadas posições, ou pelo menos que fossem rever as suas posições, então, o julgamento acabou sendo julgado duas vezes e não sei se com dois veredictos, ou não, vai depender da resposta do Coronel. Vamos aguardar para saber quantas vezes ele interferiu, vamos ver se ele tem a coragem de responder.

E quando eu falo do problema desta Casa, dos companheiros, dos Deputados, não é por nada que ele está realmente preocupado com os políticos, não só da Oposição, muito menos com os da oposição, ele está preocupado com os políticos é da situação. Ele está preocupado com os políticos do Governo, porque, ele está dando guarida a um grupo de políticos que vem do Palácio Iguaçu, a um grupo político que não vem diretamente do Estado do Paraná, não é em atenção ao Governador do Estado, não. É em atenção a um dos Secretários de Estado que eu pessoalmente respeito e admiro como homem inteligente, mas, cujo filho está trabalhando hoje no DETRAN, com carta branca, dando ordens e fazendo o que bem quer e como quer.

Aí vem a décima-segunda pergunta. Há quanto tempo o Senhor Rogério Mendes está a disposição do DETRAN? Qual a

sua função específica, quanto recebe mensalmente e qual o seu horário de trabalho?

Rogério Mendes é filho do Secretário de Estado Véspero Mendes. Rogério Mendes está armando um esquema, pelo que nós estamos sentindo, para dar guarida ao candidato a Deputado Federal do futuro se eleições houverem, Véspero Mendes.

Então, nada contra ao esquema político que monta, nada contra a participação de um filho na campanha do pai, até é justo, é importante, mas, nunca com ligação nas coisas públicas, principalmente, nas coisas do DETRAN. Lá está o principal caminho para segurança no trânsito. Muitos crimes são praticados através do trânsito e é claro que um trabalho destes dando guarida a futuros eleitores, pode prejudicar a comunidade, pode liberar carteiras para criminosos, pode favorecer croqui em acidentes violentos, tirando a vida, ou deixando pessoas inutilizadas e que vão ser depois injustas, prejudicadas pela política. Essa é a política que nós não gostamos. E é essa confusão que se faz lá fora: política não presta; o político sem vergonha, o político é um imoral. Mas, nem todo político, nem toda ação política é imoral. Essa ação política vergonhosa de fazer campanha dentro de gabinetes, ou de porões e bastidores do DETRAN, isso sim é condenável. Isso é lastimável.

Inclusive, o cidadão desta Casa, e não vou ser omisso, apenas por questão até de companheirismo não cito o nome, mas foi ao DETRAN, em busca de um documento. E a conversa que surgiu, nos bastidores, é que o Coronel havia se negado a que sua Assessoria fornecesse esse documento com urgência: “vai pelos caminhos legais e demore quanto demorar, porque já temos o nosso candidato a deputado federal e o candidato a deputado estadual, que não é dessa Casa. É um homem ligado à Segurança e que vai concorrer à Assembleia Legislativa”. E, por isso mesmo, ele não está interessado em atender, não à Oposição, mas principalmente à Situação.

Então, esses fatos que trazemos ao conhecimento da Casa, são fatos lá de dentro do DETRAN. Eu não trabalho no DETRAN. Mas, estou recebendo uma série de denúncias que podem morrer nas gavetas.

Tenho, aqui várias delas. E trazendo-as aqui, sei que os companheiros vão tomar uma providência, transmitindo-as aqui, sei que a imprensa toma conhecimento e divulga para a opinião pública. E a opinião pública não pode ficar sem saber o que está acontecendo, hoje, nesse órgão importante de decisão.

Então, é por isso, que faço essa denúncia, através desse pedido de informações. É mais uma questão de justiça do que outra coisa. Porque, a vergonha está campeando. Porque, elementos que, ontem, não decidiam, hoje, por questões políticas, estão se infiltrando no DETRAN. Hoje, temos o Rogério Mendes. Desconheço sua capacidade, não sou seu amigo, pode até ser capaz, pode até ser inteligente, mas não está trabalhando a serviço da comunidade. Está trabalhando a serviço de um grupo político. E não podemos absolutamente, aceitar isso.

Esta a razão de nossa denúncia e esse o pedido de informações que fazemos. Mas, existem outros tantos fatos. E amanhã, iremos trazer, provavelmente, um outro fato relacionado com o DETRAN.

Temos, nesta Casa, uma CPI do DETRAN. Quicá seja, agora, reaberta, para que os companheiros possam, através dela, levantar podridão que existe dentro daquela casa. Vamos aguardar.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Mário Celso, o problema é o seguinte: como ficaria o nosso ilustre companheiro desta Casa, Deputado José Domingos, se o DETRAN não fosse o antro da corrupção que é? O seu programa, provavelmente, teria que ser reduzido no tempo. Porque, se olharmos os programas policiais, um dos quais dirigido, e muito bem dirigido, pelo nosso companheiro, Deputado José Domingos, veremos que setenta por cento dos proble-



Curitiba, terça, 26/10/81.

mas policiais estão relacionados com o trânsito.

Agora, me parece que esse programa do Conselho Deliberativo de Acidentes, novamente, o que existe neste País e que é a síndrome dos conselhos, está presente. Chamo síndrome o fato de que, hoje, a maioria dos conselhos são feitos pelas próprias pessoas que deveriam ser fiscalizadas. É o Presidente da República que nomeia os membros do Tribunal de Contas da União, logo, não vai ser fiscalizado. É o Governador do Estado que nomeia os Juizes do Tribunal de Contas, logo não vai ser fiscalizado. E nesse caso, não se fugiu à exceção, mas com um complicativo muito importante: tendo em vista que os cargos são exercidos gratuitamente, tendo em vista que, ainda fica ao Diretor do DETRAN a condição de expurgar esse Conselho quando necessário, eu não vejo porque a razão desse Conselho, porque do momento em que esse Conselho delibera contra os interesses do Diretor do DETRAN, ele é dissolvido praticamente!

O SR. MÁRIO CELSO — Exatamente.

O Sr. Deni Schwartz — Então, Vossa Excelência traz um assunto que se tornou rotineiro nestes últimos anos, neste Estado, a corrupção do DETRAN.

Agora, como exigir-se - eu acho até que o Coronel Oswaldo Cruz é uma vítima nisso tudo - como exigir seriedade num órgão onde, por exemplo, Despachante de Trânsito é nomeado em função da nomeação de políticos porque até os testes, os exames foram abolidos?

E eu lembro um caso ridículo, quando um Deputado desta Casa, para não nomear o cidadão, mas, pressionado porque o cidadão estava aqui nesta Casa a pedir o cartãozinho para chegar ao Diretor do DETRAN, pegou e assinou de um jeito, da esquerda para a direita assim subindo, aquilo era o código para que, aquele Despachante, não era para ser nomeado. Em Francisco Beltrão - por falar em corrupção - por exemplo, houve a maior briga "da paróquia" porque um Deputado Federal pediu a nomeação de um afilhado, por telefone e, um outro Deputado pediu, por escrito, e, como a vaga era uma só, a briga generalizou, e eu, por irreverência, fiz um pedido terceiro através de um amigo comum, do PDS, que também - homem digno, do PDS - que também, chateado com esse tipo de coisa disse. - bem, deixa eu também entrar nessa briga, eu também vou fazer um pedido. E a briga foi homérica e nós ficamos de lado, obviamente, vendo. Como exigir seriedade de um órgão chamado DETRAN, e como punir responsabilidades do seu Diretor, se ele aceita um cargo onde ele não manda absolutamente nada, porque até nesta Casa ele já foi criticado por não receber apelos de políticos?

Ora! Meu Deus do céu! Para tirar carteira de motorista, para fazer exame de motorista, basta uma só coisa: que, o cidadão que queira se habilitar, tenha responsabilidade e saiba dirigir!

O SR. MÁRIO CELSO — Claro!

O Sr. Deni Schwartz — Tenha condições psicotécnicas e por isto faz o exame psicotécnico, agora, o que que o Deputado tem a ver, e a estar pedindo carteira para X ou para Y? Por que que o meu secretário foi barrado às portas do DETRAN quando foi, a pedido deste Deputado, simples e puramente emplacar o seu carro?

Foi aí que veio lá um cidadão e disse: - olha, mas aqui não pode, o senhor tem que atravessar a rua (na frente do DETRAN, ali, tem um Despachante) e, se não vier com a ordem do Despachante do DETRAN o senhor não emplaca o carro. E precisou este Deputado brigar, para emplacar o seu carro, se não tinha passado pelo Despachante! Onde estamos?!

Agora Vossa Excelência citou muito bem aqui, nós es-

tamos num País onde um, é coronel, outro é capitão, outro é mais capitão, só não tem gente, para trabalhar! Onde estão os técnicos nisso?

O SR. MÁRIO CELSO — Estão saindo agora. Estão tirando, tiraram nove.

O Sr. Deni Schwartz — Então é isto. Quer dizer, é fazer furo n'água, querer moralidade num órgão completamente desmoralizado. Enquanto isto ocorrer, o nosso colega José Domingos vai ter programas que não caberão na meia-hora apenas que ele tem, terá provavelmente que aumentar muito o seu horário, porque os acidentes de trânsito continuarão porque os incapazes, os loucos do volante estão aí mesmo.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. MÁRIO CELSO — Concedo com muito prazer, um aparte ao Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Deputado Mário Celso, desde que assumimos o mandato nesta Casa, reiteradas têm sido as denúncias a respeito de corrupção no DETRAN, e, Deputados de todas as bancadas, vários Deputados já desfilaram por esta tribuna e por aquela tribuna que pertence ao Partido do Governo, denunciando, muitas vezes, as atitudes do Coronel-Chefe do DETRAN no Paraná, e infelizmente, nobre Deputado, eu já senti na carne o poder excessivo do Sr. Coronel Oswaldo Cruz quando, numa oportunidade estive no DETRAN e fui expulso de uma sala do DETRAN, por um funcionário da mesma estirpe do Coronel Oswaldo Cruz, e, tenho certeza, esse funcionário lá está, tenho certeza que esse funcionário ainda lá está e que continua com todos os louros, porque ele pertence à mesma escala do Coronel Oswaldo Cruz. A semana passada, o Deputado Gabriel Manoel, que divide a representação do Norte Pioneiro nesta Casa, conosco, também esteve naquela tribuna denunciando o Coronel Oswaldo Cruz.

Tantos outros Deputados assim já o fizeram, mas infelizmente nobre Deputado, uma CPI que foi pedida a sua instalação através do ilustre Deputado Nestor Baptista, até hoje não teve andamento, por desinteresse de homens que ao invés de atentarem para os interesses e resolverem os problemas que afetam o DETRAN que afeta toda a população paranaense, resolve deixar de lado uma CPI tão importante, que era a CPI para apurar as irregularidades do DETRAN.

Sendo desta forma, nobre Deputado, eu sugiro a Vossa Excelência que faça um requerimento, solicitando a reativação da CPI para apurar as irregularidades do DETRAN, e faça Vossa Excelência um apelo aos Deputados da bancada governista desta Casa, para que dê o apoio necessário, para que esta CPI chegue até as últimas consequências.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado, ilustre Deputado. Deputado João Mansur, solicitaria então ao meu Líder, três minutos no espaço da Liderança, para atender ao Deputado Fuad Nacli.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que o seu Líder já autorizou cinco minutos, os quais Vossa Excelência já ocupou 4 e tem um minuto.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado, só para que eu não deixe de conceder os apartes. Meu querido companheiro Fuad Nacli.

O Sr. Fuad Nacli — Meu querido companheiro que se encontra na tribuna, nós não ouvimos o seu pronunciamento total,

mas gostaríamos de fazer um convite antes da CPI. Que nos dirigíssemos ao DETRAN, junto com os Deputados que têm reclamado. Pelo que eu entendo, o senhor está requerendo uma CPI contra o DETRAN.

O SR. MÁRIO CELSO — Não, companheiro, estou fazendo apenas um pedido de informações, porque a CPI já foi requerida pelo Deputado Nestor Baptista há muito tempo e está paralisada. Acredito que vai ser reaberto o trabalho nessa CPI e parece que há um movimento neste sentido, mesmo porque é um imperativo até que se impõe.

O Sr. Fuad Nacli — Mas eu faria um convite a Vossa Excelência e aos demais Deputados, que marcassemos de hoje para amanhã, uma visita ao Coronel ou que o Coronel viesse a esta Casa, marcasse uma data para que pudéssemos conversar francamente, de frente à frente e sanar os comentários que existem, porque falam muito em corrupção, falam muito disso e daquilo, mas na realidade, não há provas concretas. E gostaria que Vossa Excelência concordasse comigo e pediria ao Líder que fizesse esse convite.

O SR. MÁRIO CELSO — Perfeitamente. Concordo plenamente com o companheiro e acho até uma sugestão válida, mesmo porque o ex-presidente do CDA e as pessoas envolvidas nessa liberação dessa dispensa, nesse afastamento, estão dispostos todos a comparecer aqui e, na frente do Coronel Oswaldo Cruz, levantar a situação, ao lado dos companheiros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado que está encerrado o seu horário.

O SR. MÁRIO CELSO — Só para ouvir o Líder do Partido da Situação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Solicito apenas trinta segundos, para que eu dê o posicionamento da Liderança da Bancada com relação a proposta feita pelo nobre Deputado Fuad Nacli. O tempo poderá ser descontado no horário da Liderança do PDS.

Eu estou acompanhando com muito interesse o que Vossa Excelência traz à tribuna desta Casa e se, verdadeiro, realmente merece uma posição mais acentuada, principalmente da nossa bancada. Porque nós conhecemos muito bem o Dr. Gilberto Meneses, que era Presidente do CDA. Trata-se de um cidadão atuante que graciosamente vinha emprestando a sua colaboração à comunidade curitibana. É um trabalho realmente comunitário, é o trabalho de todos os membros do CDA.

O SR. MÁRIO CELSO — Na aprovação do voto de aplauso, Vossa Excelência também se pronunciou, elogiando o trabalho dele.

O Sr. Erondy Silvério — Claro, porque nós conhecemos o espírito público do Dr. Gilberto Meneses. Fomos contemporâneos, colegas de seu pai, na Câmara Municipal de Curitiba, e que era um vereador brilhante também. Acompanhamos o crescimento desses meninos, principalmente do Dr. Gilberto Meneses e estranhamos que uma atitude dessa natureza tenha sido tomada pelo Coronel Diretor do DETRAN no Paraná.

Agora, eu não posso, evidentemente, assumir um compromisso com Vossa Excelência de aprovação de um requerimento de convocação do Sr. Diretor do DETRAN, mas, assumo o compromisso, neste instante, de aprovar o pedido de informações que Vossa Excelência faz a esta Casa. Embora eu esteja contra uma colocação de Vossa Excelência, que se o Diretor tivesse vergonha na cara estaria na obrigação de respondê-la. Não. Vergonha ele tem, para mim sempre foi um cidadão brioso, um

oficial superior de nossas Forças Armadas e tem uma brilhante folha de serviços prestados à Nação. E eu não acredito que ele esteja envolvido em nenhum caso ou ato de corrupção do DETRAN; agora, eu também estranho como Vossa Excelência dessa dispensa de alguns membros do CDA, principalmente do Sr. Presidente, sem motivo justificado.

Eis o porquê do apoio que vou dar pessoalmente ao requerimento de Vossa Excelência. Ele está na obrigação de responder, não porque tenha ou deixa de ter vergonha, não porque esteja ou não envolvido com corrupção, dois fatos que eu sinceramente não acredito - nem que ele não tenha vergonha e nem que esteja envolvido com corrupção. Poderia estar envolvido por alguém lá do DETRAN neste episódio da demissão do CDA.

Então, o requerimento de Vossa Excelência leva desde já o nosso apoio, porque trata-se de um caso sério, que atingiu pessoas sérias, pessoas que prestavam serviço à comunidade, praticamente sem nada receber em troca. E eu conheço muito bem a organização do CDA, graças ao trabalho metódico, eficiente e, acima de tudo, pronto do Sr. Gilberto Meneses.

Portanto, estranho também como Vossa Excelência e como a cidade está estranhando esta atitude do Coronel Diretor do DETRAN.

Leva o nosso apoio na aprovação do requerimento.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado, ilustre companheiro, muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, os democratas brasileiros e todos aqueles que nestes 17 anos estão lutando por melhores dias para nosso País, lembram o acontecimento fatídico, nos porões do regime e que vitimou o jornalista Wladimir Herzog. Nesta data, nós da oposição, queremos render um preito de homenagem a todos os que tombaram pela liberdade e pela justiça. A todos que se viram marcados, em seus direitos mínimos, pela repressão policial militar que manchou a vida do País.

São tantos estes heróis. São tantas as vítimas do regime. Mas Wladimir Herzog e logo depois o operário Manoel Fiel Filho, quando tiveram que entregar suas vidas nas salas de tortura do fascismo, que determinaram o levante da consciência nacional e a exigência mais nítida do fim do processo bárbaro, até hoje impune, cujos respaldos permanecem no arbítrio e na violência que procura ainda se impor através do terrorismo mais vil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sabemos que ainda devemos caminhar um trecho para alcançar a democracia plena, para derrotar definitivamente a barbarie, o obscurantismo, o fascismo que inspirou e inspira um regime de força que agora procura se amoldar às novas condições que lhe foram impostas pela força popular.

Faz seis anos que Wladimir Herzog foi morto. Um jornalista respeitado pela sua capacidade e inteligência e por estes méritos considerado inimigo do regime. Sim, pois qualquer cidadão capaz, inteligente, digno, não poderia aceitar, à época, o que se passava no Brasil do ponto de vista do desrespeito dos direitos humanos. Trucidado no DOI-CODI, organismo criado para impor o medo e eliminar fisicamente as oposições, Herzog é um dos símbolos da resistência. Sua morte não foi em vão. Despertou em todos os brasileiros a sede de justiça, a esperança de ver posto por terra o regime ditatorial que fez dele uma de suas vítimas. Hoje é homenageado em todo o País, e especialmente em São Paulo onde as manifestações em sua memória são marcadas pela luta contra a Lei de Segurança



Curitiba, terça, 26/10/81.

Nacional, estatuto espúrio que ainda se impõe aos brasileiros, como expressão do escárnio, do autoritarismo, da violência daqueles que pretendem se reproduzir no Poder pela força.

Esse período, o mais negro da recente história dessa Nação, não foi apenas o dos algozes, dos torturadores, dos governantes sem voto e sem respaldo. Não foi apenas o da falência das instituições democráticas. Foi principalmente a história da resistência do povo brasileiro a todas as injunções gestadas pela ditadura. É a história de homens como Wladimir Herzog, que ante a repressão policial apresentou-se apenas com suas idéias, sua disposição de fazer valer os direitos universalmente reconhecidos como básicos de uma sociedade democrática. E encontrou em contrapartida a truculência dos covardes que temem o campo de luta e as regras da democracia e se abrigam no corpo do arbítrio.

Este pedaço de nossa história, quando contada sob a ótica do movimento social e desprezadas as versões oficiais de hoje, será a história de homens como Wladimir Herzog. Tiradentes na historiografia oficial da época também foi tratado como subversivo. Os heróis patrióticos do continente, Martin, Bolívar, Francia, também. Mas a história que fica é a contada quando a vitória das forças progressistas e democráticas encontram pleno exercício das liberdades pelas quais os homens vêm lutando há tantos séculos.

Os que assassinaram Wladimir Herzog terão o seu lugar. Os que apoiaram ou deram respaldo a assassinatos deste tipo, também terão o seu lugar. Muitos como figurantes inexpressivos de um processo tão vil que não merecerão sequer a anotação agiográfica.

Foi um tempo de indignidades e de traições. Esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos enterrá-lo quanto antes e estabelecer as bases de uma sociedade em que prevaleçam amplas liberdades políticas, a democracia em sua plenitude, para que não tenhamos no futuro que amargar as ameaças das mesmas forças que fizeram do jornalista Wladimir Herzog a vítima, o assassinado, o corpo dependurado em uma corda para encenar o suicídio.

Com Wladimir Herzog não morreu a luta pela liberdade, pelo contrário, ela se fortaleceu e temos certeza, ainda há de se impor neste País quer queiram ou não.

E hoje, quando em São Paulo o Sindicato dos Jornalistas daquele Estado estará entregando os prêmios Wladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, também estarão lá presentes todos os brasileiros que aspiram a liberdade, a democracia e a justiça social. Estarão também presentes não só a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a Federação Nacional dos Jornalistas, o Comitê Brasileiro pela Anistia e a Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia. Também lá estarão todos aqueles outros que foram vítimas através do trucidamento físico, moral ou até psicológico e que por certo na história serão lembrados sempre como vanguardeiros de uma época negra, obscurantista e arbitrária.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Wladimir Herzog, seis anos depois, podemos sentenciar: não morreu inutilmente. Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Ausente).

Consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/79, de autoria do Deputado LINEU MANSANI TURRA, que autoriza o Poder Executivo instituir a Fundação Educacional de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na referida cidade e que se regerá por estatuto aprovado por Decreto Governamental. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, solicitando o adiamento da discussão e votação por 5 (cinco) sessões, constante da Ordem do Dia de hoje.

Em votação o requerimento. — Aprovado.

Adiada portanto, a discussão e votação do Projeto de Lei n.º 129/79.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara “Ano da Defesa Ambiental do Paraná”, o ano de 1982. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A., por unanimidade. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 70/81 (Mens. Govern. n.º 77/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 71/81 (Mens. Govern. n.º 78/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, objetivando a execução de projetos rodoviários dos programas especiais de desenvolvimento regional, de que trata o Decreto Federal n.º 83.436, de 10 de maio de 1979. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 72/81 (Mens. Govern. n.º 79/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os municípios aqui nominados, objetivando co-participação técnica e financeira para obras no plano esportivo e cultural. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 73/81 (Mens. Govern. n.º 71/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Nova América da Colina, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 74/81 (Mens. Govern. n.º 80/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e os municípios especificados, objetivando o planejamento e coordenação de desenvolvimento dos

municípios que integram o Eixo Londrina-Maringá-METRONOR.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 80/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Santa Terezinha.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 76/81 (Mens. Govern. n.º 82/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria dos Transportes, e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a prestação de auxílio financeiro para a aplicação nas obras do Terminal Rodoviário de Passageiros na sede do referido município.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 77/81 (Mens. Govern. n.º 83/81), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e o Município de Assaí, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, no referido município.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 78/81, (Mens. Govern. n.º 84/81), que aprova o convênio celebrado através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Município de Bandeirantes, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 44/81 (Mens. Govern. n.º 46/81), que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado em 14/01/81 entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a conjugação de esforços dos Governo da União, dos Estados e dos Municípios na execução do Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 48/81 (Mens. Govern. n.º 50/81), que aprova os Convênios nºs 14/80 a 26/80, efetuados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e os municípios aqui nominados, tendo como interveniente a COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 65/81 (Mens. Govern. n.º 72/81), que aprova o Termo de Convênio

celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Toledo, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras rodoviárias.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 81/81 (Mens. Govern. n.º 87/81), que aprova os termos aditivos aos Convênios nºs 15/81, 30/80 e 32/80, celebrados respectivamente entre o Estado do Paraná e os Municípios de Araucária, Balsa Nova e Campina Grande do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC na execução de obras constantes do Plano Metropolitano de Investimentos.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 66/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 50/81 (Mens. Govern. n.º 54/81), que aprova o convênio celebrado em 25/05/81, entre o Governo do Estado e o Município de Londrina com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a continuação da execução de projetos, obras e serviços atinentes à construção do Terminal de Passageiros da Cidade de Londrina.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 52/81 (Mens. Govern. n.º 58/81), que aprova o convênio celebrado em 26/03/81 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária - PROAEROPORTO, no exercício de 1981.— Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oswaldo Conceição, ocorrido em Barbosa Ferraz.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 88/81, que trata da contagem recíproca do tempo de serviço.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

12 Srs. Deputados o aprovam,  
Nenhum Senhor Deputado o rejeita.  
Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 54, 55, 56, 57, 58 e 80/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67/81 e de Lei nº 93/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 70, 71, 72, 73, 74 e 75/81 e do Projeto de Lei Complementar nº 101/81.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9a. LEGISLATURA — 3a. SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 33a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de um mil

novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Deputado TADEU LÚCIO MACHADO. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Sr. Deputado Antônio Cotrim apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE RESOLUÇÃO Nºs: 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67/81, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente  
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR — Secretário